

boletim

CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

abril 2025

newsletter

COMPETITION AND REGULATION

april 2025

newsletter

COMPETENCIA Y REGULACIÓN

abril 2025

boletim CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

abril 2025

Em Portugal

PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS

Fixação de preços mínimos resulta em acusação a uma associação empresarial (PRC/2024/4)

A Autoridade da Concorrência (AdC) acusou uma associação empresarial do setor do turismo de fixar preços mínimos, prática considerada ilegal à luz das regras da concorrência. A investigação, iniciada em junho de 2024, revelou indícios de que a associação recomendava tabelas de honorários e aumentos mínimos de preços a aplicar pelos seus associados e outros prestadores de serviços.

A prática, alegadamente adotada desde 2020, levou à emissão de uma Nota de Ilícitude, que encerra a fase de inquérito e inicia a fase de instrução. Nesta fase, a associação visada pode exercer o seu direito de defesa, mantendo-se a presunção de inocência.

A fixação de preços mínimos por associações é proibida, pois diminui a concorrência, prejudica os consumidores e compromete a competitividade económica. A AdC reforça a importância da autonomia das empresas na definição dos seus preços e disponibiliza um guia para associações

empresariais sobre comportamentos a evitar.

Este caso integra a estratégia da AdC de reforçar a deteção de práticas anticoncorrenciais a nível regional, no âmbito da iniciativa “20 anos, 20 cidades – a concorrência vai até si!”.

CONTROLO DE CONCENTRAÇÕES

AdC adotou uma decisão de não oposição na operação de concentração 92/2024 – AVK / Pixel Light

A AdC autorizou uma operação de concentração que consiste na aquisição, pela AVK – Soluções Audiovisuais, S.A. (“AVK”), do controlo exclusivo da Pixel Light, Lda. (“Pixel Light”), por considerar que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

A AVK é uma empresa ativa na prestação de serviços audiovisuais, incluindo a venda e aluguer de equipamento de som, vídeo e iluminação e de outros equipamentos de processamento e captação e difusão de imagens, som e luz e respetiva

assistência técnica, à produção de conteúdos e ao projeto, à construção e à montagem de estruturas e similares.

Por sua vez, a Pixel Light é uma empresa ativa no comércio e aluguer de equipamentos audiovisuais, geradores, montagem e desmontagem de equipamentos; produção e apoio a eventos; e atividades de gravação de som, vídeo e edição de música.

AdC adotou uma decisão de não oposição na operação de concentração 17/2025 – Shift4 / Global Blue

A AdC autorizou uma operação de concentração que consiste na aquisição indireta, pela Shift4 Payments, Inc. (“Shift4”), através da GT 1 Holding GmbH, uma sociedade criada para este efeito, do controlo exclusivo da Global Blue Group Holding AG (“Global Blue”), através da aquisição da totalidade do seu capital social, por entender que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

A Shift4 é uma empresa fornecedora de software e soluções de processamento de pagamentos, que serve uma variada gama de comerciantes, desde pequenas empresas locais operadas pelo proprietário até empresas globais, incluindo uma plataforma de pagamento abrangente e várias outras soluções tecnológicas.

Por seu turno, a Global Blue é uma empresa que opera no setor dos serviços de reembolso do imposto sobre o valor acrescentado.

AdC adotou uma decisão de não oposição na operação de concentração 21/2025 – Cencora / Alloga Logifarma

A AdC autorizou uma operação de concentração que consiste na aquisição, pela Cencora, Unipessoal, Lda. (“Cencora”), do controlo exclusivo sobre a Alloga Logifarma, S.A. (“Alloga Logifarma”), por

entender que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

A Cencora é uma empresa portuguesa que tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e gestão, e compra, venda e arrendamento de imóveis. Faz parte do Grupo Cencora, o qual se dedica ao fornecimento e distribuição farmacêutica, sendo especializado em (i) prestação de serviços de logística, sobretudo a fabricantes farmacêuticos, organizações de investigação clínica e organizações de desenvolvimento de contratos e fabrico de produtos, (ii) prestação de vários serviços a fabricantes farmacêuticos em relação a produtos farmacêuticos comerciais, (iii) aquisição de produtos genéricos de marca própria e (iv) prestação de serviços de apoio a farmácias independentes.

Por sua vez, a Alloga Logifarma é uma empresa portuguesa com atividade de prewholesaling, que presta serviços de armazenagem e logística à indústria farmacêutica antes de os produtos farmacêuticos entrarem nas cadeias de distribuição grossista e retalhista.

AdC adotou uma decisão de não oposição na operação de concentração 12/2025 – Altri / Greenalia

A AdC autorizou uma operação de concentração que consiste na aquisição, pela Altri, SGPS, S.A. (“Altri”) da totalidade do capital social da Greenalia Forest, S.L.U. e da Greenalia Logistics, S.L.U. (“Adquiridas”), por entender que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

A Altri é uma empresa de referência na produção de fibras celulósicas de eucalipto e na gestão florestal sustentável, dedicando-se, ainda, à produção de energia renovável através de biomassa florestal e

de cogeração.

As Adquiridas desenvolvem a sua atividade no setor da madeira, nomeadamente através da realização de análises e estudos, do abate de árvores, compra, venda, transformação e manuseamento de madeira e utilização e produção de subprodutos e ainda na instalação de indústrias auxiliares, tais como fábricas de cola, na compra e venda de maquinaria, na compra, venda e aluguer de terrenos, no transporte, carregamento e descarregamento de navios e no transporte rodoviário de mercadorias.

AdC adotou uma decisão de não oposição na operação de concentração 24/2025 – Albion / WSR

A AdC autorizou uma operação de concentração que consiste na aquisição, pela ALBION FORTRESS BIDCO LIMITED (“ALBION”) do controlo exclusivo da THUNDERBOLT TOPCO LIMITED, que controla 100% do GRUPO WESCOM (“WSR”), por entender que a mesma não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado nacional ou numa parte substancial deste.

A ALBION é uma empresa veículo criada para efeitos da Transação, detida em exclusivo pela Albion Platform Holdings LLC – um fundo de investimento de private equity focado em investimentos no setor da Defesa.

Já a WSR é uma empresa holding do Grupo Wescom, ativo na produção e fornecimento de produtos pirotécnicos marítimos e de defesa.

Na União Europeia

PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS

Comissão aplica coima de €458 milhões a construtores automóveis e associação setorial por cartel no tratamento de veículos em fim de vida

A Comissão Europeia sancionou 15 fabricantes automóveis e a Associação Europeia de Fabricantes de Automóveis (ACEA) por um cartel que durou mais de 15 anos e afetou o mercado da reciclagem de veículos em fim de vida (ELV). A Mercedes-Benz beneficiou de imunidade total por ter denunciado a infração ao abrigo do programa de clemência.

A investigação revelou que as empresas acordaram não pagar aos dismanteladores de veículos para processar ELVs, argumentando que a atividade seria autossustentável (“Zero-Treatment-Cost”).

Além disso, coordenaram-se para não divulgar a quantidade de material reciclado nos novos veículos, limitando a transparência relativamente aos consumidores. Estas práticas violaram a Diretiva 2000/53/EC, que exige que os fabricantes cubram os custos de reciclagem quando necessário e informem os consumidores sobre o desempenho ambiental dos veículos.

A ACEA foi identificada como facilitadora do cartel, organizando reuniões e contactos entre os fabricantes. A prática ocorreu no Espaço Económico Europeu entre 2002 e 2017 e foi investigada em coordenação com a Competition and Markets Authority (“CMA”) do Reino Unido.

As empresas visadas foram: BMW, Ford, Honda,

Hyundai / Kia, Jaguar, Land Rover, Tata, Mazda, Mercedes Benz, Mitsubishi, Opel, Renault / Nissan, Stellantis, Suzuki, Toyota, Volkswagen, Volvo e a Associação ACEA.

As coimas foram estabelecidas com base nas Orientações da Comissão de 2006, considerando fatores como o número de veículos envolvidos, a gravidade da infração e a duração do cartel. A Renault obteve uma redução por ter pedido isenção da prática de não divulgar a utilização de materiais reciclados.

Quatro empresas cooperaram com a Comissão ao abrigo do programa de clemência:

- A Mercedes-Benz obteve imunidade total, evitando uma coima de €35 milhões.
- A Stellantis (incluindo Opel), a Mitsubishi e a Ford beneficiaram de reduções proporcionais ao valor das provas fornecidas.
- Todas as empresas receberam uma redução adicional de 10% por terem aceitado o processo de transação.

A decisão reforça o compromisso da Comissão no combate a práticas anticoncorrenciais e na promoção da transparência no setor automóvel.

Comissão lança consulta sobre cooperação industrial na aquisição e reciclagem de matérias-primas críticas

A Comissão Europeia abriu uma consulta pública para recolher contributos sobre a aquisição e reciclagem de matérias-primas críticas na UE, analisando possíveis formas de cooperação entre empresas dentro das regras de concorrência da União.

As matérias-primas críticas são essenciais para

setores estratégicos como energias renováveis, tecnologias digitais, aeroespacial e defesa. O objetivo é avaliar desafios na sua obtenção e reciclagem, promovendo uma abordagem sustentável e diversificada, em linha com a Lei das Matérias-Primas Críticas (CRMA).

A consulta foca-se inicialmente em 14 matérias-primas de importância estratégica. As empresas do setor da extração, processamento e reciclagem são convidadas a partilhar perspetivas e desafios, bem como oportunidades de colaboração. Os contributos podem ser enviados para COMP-RAW-MATERIALS@ec.europa.eu até 31 de maio de 2025.

Com base nas respostas recebidas, a Comissão poderá emitir orientações sobre a compatibilidade de projetos de cooperação com as regras de concorrência da UE.

Comissão Europeia encerra uma investigação sobre a Apple e avança com novas acusações preliminares ao abrigo do DMA

A Comissão Europeia anunciou o encerramento de uma investigação relativa às obrigações de escolha do utilizador impostas à Apple, e ao mesmo tempo comunicou à empresa as suas conclusões preliminares de que as regras da Apple sobre distribuição alternativa de apps violam o DMA.

Após um diálogo construtivo com a Apple, a Comissão decidiu encerrar a investigação sobre a forma como os utilizadores escolhem aplicações predefinidas no iPhone. A Apple:

- Alterou o ecrã de escolha do browser, facilitando a definição de um browser alternativo como predefinido;
- Centralizou as definições predefinidas (chamadas, mensagens, teclados, gestores de palavras-passe, entre outros) num novo menu, tornando a personalização mais acessível aos utilizadores.

A Comissão considera que a Apple não cumpre o DMA ao dificultar o uso de lojas de apps alternativas e a instalação de apps via web no iPhone. Em particular:

- A Apple impõe condições dissuasoras aos programadores que optam por canais alternativos, como a “Core Technology Fee” (taxa adicional);
- Introduziu critérios de elegibilidade excessivamente restritivos para quem pretende usar esses canais;
- Torna a instalação de apps através de lojas alternativas demasiado complicada e confusa para os utilizadores.

Comissão Europeia conclui que Apple e Meta violaram a Lei dos Mercados Digitais

A Comissão Europeia concluiu que a Apple violou a obrigação de não impor restrições à comunicação com os utilizadores (anti-steering) prevista na Lei dos Mercados Digitais (DMA), e que a Meta violou a obrigação de oferecer aos consumidores a possibilidade de escolher um serviço que utilize menos dados pessoais.

Por este motivo, a Comissão aplicou coimas de 500 milhões de euros à Apple e 200 milhões de euros à Meta.

As duas decisões foram adotadas após um longo diálogo com as empresas envolvidas, que tiveram oportunidade de apresentar detalhadamente os seus pontos de vista e argumentos.

Declaração das Autoridades Nacionais da Concorrência da Áustria, Bélgica, Chéquia, Irlanda, Países Baixos e Portugal

As Autoridades Nacionais da Concorrência reafirmam o papel essencial da concorrência para a competitividade, inovação e investimento na União Europeia, especialmente no contexto do plano de ação da Comissão Europeia para implementar as visões dos relatórios Letta e Draghi.

Defendem que a concorrência e o objetivo de crescer na indústria não são incompatíveis. Rejeitam a ideia de que as regras de concorrência rigorosas são responsáveis pela fragmentação do setor das comunicações eletrónicas, argumentando que um número reduzido de operadores pode, pelo contrário, prejudicar a qualidade, inovação, resiliência e segurança.

Sublinham a importância de manter o controlo rigoroso de concentrações, defendendo que as operações prejudiciais à concorrência devem ser bloqueadas ou autorizadas apenas com condições eficazes. Destacam também que concentrações transfronteiriças podem ser positivas se não comprometerem a concorrência nacional.

As autoridades comprometem-se a continuar a promover mercados abertos e competitivos, a garantir preços justos, inovação e investimentos, e a combater barreiras desnecessárias à entrada no mercado, reforçando assim a integração do mercado único europeu.

Comissão publica o seu segundo relatório anual sobre a aplicação do Digital Markets Act (DMA)

A Comissão Europeia publicou o seu segundo relatório anual sobre a aplicação do Digital Markets Act (DMA), cobrindo o período de janeiro a dezembro de 2024.

O relatório descreve as medidas tomadas para garantir a aplicação eficaz do DMA e promover a equidade e contestabilidade no setor digital do mercado interno. Destacam-se:

- Novas decisões de designação de *gatekeepers*;
- Diálogos regulatórios com *gatekeepers* e terceiros para melhorar o cumprimento das regras;
- Abertura de processos de especificação e investigações por incumprimento, quando necessário.

O relatório inclui também um resumo das informações prestadas pelos *gatekeepers* sobre concentrações previstas e sobre as suas técnicas de perfilagem de consumidores, com base em auditorias.

Além disso, destaca-se a cooperação entre a Comissão e as autoridades nacionais, garantindo uma aplicação coerente e complementar das regras.

Por fim, o relatório apresenta as atividades desenvolvidas em 2024 pelo Grupo de Alto Nível sobre Mercados Digitais, que reúne entidades e redes europeias previstas no DMA.

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) emitiu um parecer de iniciativa relativo à avaliação dos relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi sobre o funcionamento e a competitividade do mercado único da UE

O CESE emitiu um parecer de iniciativa sobre o funcionamento e a competitividade do mercado único da UE, subscrevendo o apelo lançado pelos relatórios de Mario Draghi e Enrico Letta para que sejam tomadas medidas urgentes para aumentar a competitividade da economia europeia abandonando a ilusão de que apenas adiando o problema se pode preservar o consenso.

O CESE entende que é fundamental continuar a trabalhar para concluir o mercado único, alargando-o aos setores financeiro, das comunicações eletrónicas e da energia e reforçando o setor dos serviços.

Nesse sentido, elaborou, em suma, as seguintes conclusões e recomendações:

- As instituições da UE e os Estados-Membros devem iniciar um debate adequado sobre as normas fundamentais da UE e a pertinência dos Tratados à luz dos desafios atuais, que exigem, no seu entender, uma reflexão e

resposta céleres.

- É fundamental que as instituições da UE deem passos decisivos para realizar o mercado único, dando especial atenção à sustentabilidade ambiental, à prosperidade económica e à coesão social e territorial enquanto fatores de competitividade.
- É de enorme importância reduzir os encargos burocráticos e os custos de conformidade para as empresas através de uma melhor regulamentação e de uma simplificação efetiva dos requisitos administrativos. A este respeito, o CESE considerou que seria oportuno reforçar a avaliação do impacto regulamentar e o controlo da competitividade, apoiando assim o empreendedorismo e a criação de emprego de qualidade, melhorando as condições de trabalho e promovendo o crescimento económico sustentável e a coesão social.
- Espera-se que seja adotada regulamentação para reduzir os preços da energia e, acima de tudo, a diferença de preços registada entre os vários Estados-Membros e entre a economia europeia e outras economias. Neste contexto, o CESE considera decisivo recorrer mais aos contratos para diferenciais e dissociar o preço das energias renováveis e outras formas de energia hipocarbónica do preço da energia fóssil, que é mais volátil. Considera que é igualmente necessário e desejável um maior investimento no setor das energias renováveis e em outras formas de energia hipocarbónica.
- O CESE concorda com a necessidade de uma avaliação cuidadosa do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) e incentiva os legisladores da UE a estudarem modalidades adequadas para calibrar o regime de exportações e importações a fim de salvaguardar a competitividade da indústria da UE nos

mercados internacionais.

- Além disso, o CESE confirma que as medidas propostas nos relatórios de Mario Draghi e Enrico Letta exigem investimentos maciços, pelo que insta as instituições europeias a estudarem a possibilidade de emitir ativos seguros comuns, como foi o caso em resposta à pandemia.
- Ainda que a promoção da paz deva permanecer o fim último da UE, em consonância com uma visão da segurança que ultrapassa a dimensão militar, o CESE observa que a evolução geopolítica exige a aplicação de uma política europeia de defesa acompanhada do reforço da política externa comum. Considera, assim, que importa aumentar o investimento militar, nomeadamente através de novos instrumentos de financiamento destinados a melhorar o nível de desenvolvimento tecnológico do setor.
- Por fim, o CESE solicita uma nova reflexão sobre os bens públicos europeus que defina as principais prioridades para o futuro da UE, reconhecendo que o fornecimento destes bens depende de fatores económicos, institucionais e políticos, pelo que uma garantia europeia neste domínio traria valor acrescentado face a uma pluralidade de abordagens nacionais.

Redução da Burocracia e Competitividade das PME na UE: Parecer do CESE

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) publicou um parecer exploratório, a pedido da presidência polaca, sobre os desafios enfrentados pelas pequenas e médias empresas (PME) devido à crescente carga regulamentar. O documento sublinha a urgência de simplificar o quadro legislativo europeu sem comprometer direitos fundamentais nem objetivos ambientais e sociais.

As principais recomendações do CESE são:

- Fusão dos testes de PME e competitividade num único procedimento mais eficiente;
- Reforço da independência do Comité de Controlo da Regulamentação, dotando-o de poderes de revisão desde o início do processo legislativo;
- Criação de uma ferramenta digital única de reporte com recurso a inteligência artificial para consolidar e simplificar as obrigações informativas;
- Pontos de contacto nacionais para facilitar o cumprimento das obrigações europeias;
- Aceleração da avaliação de impacto e risco para propostas substancialmente alteradas pelo Parlamento e Conselho;
- Prevenção da “sobre-regulamentação” na transposição de normas europeias, evitando encargos administrativos adicionais a nível nacional;
- Proposta de um ato legislativo vinculativo para a redução da burocracia.

O CESE aplaude os esforços da Comissão Europeia, mas alerta para a necessidade de maior ambição e coordenação entre instituições europeias e Estados-Membros para garantir um ambiente regulatório mais eficiente e competitivo, particularmente para as PME.

CONTROLO DE CONCENTRAÇÕES

Comissão aprova a aquisição pela Safran de parte das atividades de atuação da Collins Aerospace, sujeita a condições

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo do Regulamento das Concentrações da UE, a proposta de aquisição de parte das atividades de atuação aeroespacial da Collins Aerospace (“a

empresa-alvo”) pela Safran USA Inc. (“Safran”), controlada pela Safran S.A., uma importante empresa aeroespacial francesa. A aprovação está subordinada ao pleno cumprimento dos compromissos propostos pela Safran.

Para dar resposta às preocupações da Comissão em matéria de concorrência, a Safran propôs alienar a totalidade da sua atividade THSA na América do Norte, que inclui instalações no Canadá e nos EUA, bem como ativos no México.

Estes compromissos respondem plenamente às preocupações de concorrência identificadas pela Comissão, uma vez que eliminam totalmente a sobreposição entre as atividades THSA das partes. Através desta operação, a Safran alargará igualmente a sua presença no setor aeroespacial e adquirirá uma carteira mais vasta de produtos para fornecer os fabricantes de aeronaves nos setores civil e da defesa.

Na sequência das reações positivas recebidas durante o inquérito de mercado, a Comissão concluiu que a operação, tal como alterada pelos compromissos, já não suscitava preocupações em matéria de concorrência.

A decisão está subordinada ao cumprimento integral dos compromissos. Um administrador independente acompanhará a sua aplicação, sob o controlo da Comissão.

AUXÍLIOS DE ESTADO

Scoreboard 2024 mostra que Estados-Membros concentraram apoios estatais em prioridades estratégicas da UE

A Comissão Europeia publicou a edição de 2024 do Scoreboard dos Auxílios Estatais, que fornece uma panorâmica detalhada sobre os gastos com

auxílios estatais na UE em 2023. Embora o valor global tenha diminuído para €186,78 mil milhões, face aos €243,27 mil milhões em 2022, os Estados-Membros canalizaram 73% desse montante para objetivos políticos da UE, como a proteção ambiental, eficiência energética, investigação e inovação, e desenvolvimento regional. Em 2022, essa percentagem era de apenas 49%, refletindo uma reorientação estrutural dos apoios.

Principais destaques de 2023:

- Os Estados-Membros reportaram €186,78 mil milhões em auxílios estatais, correspondendo a 1,09% do PIB da UE. Trata-se de uma redução de 23% face ao ano anterior, que assinala uma normalização dos apoios estatais após o pico de medidas excecionais motivadas pela pandemia de COVID-19 e pela guerra na Ucrânia.
- Foram gastos €136,78 mil milhões em auxílios direcionados a prioridades de longo prazo da UE, representando 0,8% do PIB da UE — um aumento de 14% em comparação com os €119,98 mil milhões em 2022.
- O objetivo mais financiado foi o da proteção ambiental e poupança energética: €55,32 mil milhões, cerca de 30% do total de auxílios estatais.
- O segundo objetivo com maior peso foi a correção de perturbações graves da economia, que absorveu cerca de 25% da despesa total.
- As medidas aprovadas ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição (TCTF) — destinadas a mitigar os efeitos da guerra na Ucrânia e apoiar a transição para uma economia neutra em carbono — representaram €39,45 mil milhões, ou 21% da despesa total.
- Os auxílios ligados à pandemia foram progressivamente eliminados, tendo a despesa caído para apenas 0,06% do PIB da

UE em 2023. No total, só 34% das medidas de apoio ao COVID-19 e 19% das medidas no âmbito do TCTF foram efetivamente executadas em despesa.

Além disso, verificou-se uma tendência crescente na utilização de isenções por categoria. Em 2023, foram adotados:

- 2.105 auxílios conferidos ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria;
- 690 auxílios ao abrigo do regulamento agrícola;
- 30 auxílios ao abrigo do regulamento das pescas.

No total, estas medidas representaram 88% do número de novos auxílios estatais e 93% excluindo os auxílios de crise, com um montante total de €70,53 mil milhões, ou seja, 38% da despesa total.

A edição de 2024 inclui seis principais temáticas: (i) auxílios no contexto da guerra na Ucrânia e da transição climática; (ii) apoios concedidos durante a pandemia; (iii) auxílios isentos de notificação; (iv) medidas ligadas à energia, ambiente, energias renováveis e eficiência energética; (v) desenvolvimento de redes de banda larga; (vi) inovação industrial e fabrico de tecnologias limpas.

A Comissão também promoveu inquéritos periódicos junto dos Estados-Membros para acompanhar os apoios efetivamente concedidos no contexto das crises recentes, cujos resultados estão disponíveis em policy briefs publicados no site da Comissão.

Comissão aprova regime de auxílios estatais da Polónia de €1,5 mil milhões para resseguro de riscos de guerra no transporte na Ucrânia

A Comissão Europeia aprovou um regime polaco de €1,5 mil milhões tendo em vista um resseguro

estatal a seguradoras que cobrem riscos de guerra no transporte na Ucrânia. Esta medida visa manter e facilitar os fluxos comerciais entre a Polónia, Estado-Membro com a maior fronteira terrestre com a Ucrânia, e o país afetado pela agressão militar russa.

1. O regime polaco:

Através deste regime, a agência pública de crédito à exportação da Polónia, KUKE, disponibilizará um resseguro a seguradoras que cubram riscos de guerra (como danos decorrentes de operações militares, sabotagem, terrorismo e revoltas). Os beneficiários diretos serão seguradoras autorizadas na Polónia, enquanto os beneficiários indiretos serão empresas de transporte que operam na Polónia e realizam entregas na Ucrânia.

O apoio abrangerá empresas polacas de transporte de mercadorias e empresas de outros Estados-Membros com sucursal na Polónia. O regime procura colmatar a falta de soluções privadas de seguro para riscos de guerra na Ucrânia.

O resseguro público cobrirá 80% dos riscos de guerra, ficando os restantes 20% a cargo das seguradoras. Estas pagarão à KUKE um prémio de risco adequado, garantindo uma avaliação e fixação de preços sustentáveis. Riscos comerciais normais não estão abrangidos. O regime estará em vigor até 30 de junho de 2027.

2. Avaliação da Comissão:

A Comissão avaliou a medida com base no artigo 107.º, n.º 3, al. c) do TFUE, que permite apoiar certas atividades económicas sob condições específicas. Concluiu que:

- O regime é necessário, adequado e proporcional para garantir o funcionamento dos serviços de transporte e seguro em tempos de crise, sem alternativas de mercado disponíveis.

- Tem um efeito de incentivo, uma vez que, sem apoio público, os operadores não conseguiriam prosseguir a atividade.
- Inclui salvaguardas para minimizar distorções da concorrência, estando aberto a todas as seguradoras autorizadas na Polónia e a novos concorrentes.

Com base nestes fatores, a Comissão aprovou o regime ao abrigo das regras da UE sobre auxílios de Estado.

Comissão aprova regime espanhol de €400 milhões para apoiar a produção de hidrogénio renovável

A Comissão Europeia aprovou um regime de auxílio estatal de €400 milhões de Espanha para apoiar a produção de hidrogénio renovável, no âmbito do mecanismo europeu “Auctions-as-a-Service” do Banco Europeu do Hidrogénio (previsto para 2025). A medida visa contribuir para os objetivos do Pacto Industrial Verde, do plano REPowerEU e da Estratégia Europeia para o Hidrogénio.

O auxílio trata-se de um apoio à construção de até 345 MW de capacidade de eletrólise e à produção de até 221.000 toneladas de hidrogénio renovável, evitando até 1 milhão de toneladas de CO₂. É financiado através de um leilão concorrencial, supervisionado pela agência CINEA, aberto a empresas que planeiem construir novos eletrolisadores em Espanha, e será atribuído sob a forma de subsídio direto por kg de hidrogénio produzido, durante máximo 10 anos.

Os projetos devem cumprir os critérios da UE para combustíveis renováveis de origem não biológica (RFNBOs), incluindo a utilização de eletricidade adicional proveniente de fontes renováveis.

Na sua avaliação, a Comissão considerou que: (i) a medida é necessária, adequada e proporcional,

visando o incentivo da produção de hidrogénio; (ii) tem um efeito de incentivo, já que sem este apoio os projetos não seriam exequíveis; (iii) os benefícios ambientais superam eventuais efeitos jusconcorrenciais negativos.

O Banco Europeu do Hidrogénio, financiado pelo Fundo de Inovação, visa ajudar a UE a atingir a meta de 20 milhões de toneladas de hidrogénio renovável até 2030.

A iniciativa pretende harmonizar os apoios nacionais e europeus e tornar os leilões mais eficientes e comparáveis.

Este regime segue outros semelhantes já aprovados para Alemanha, Áustria e Lituânia.

Comissão aprova um regime de auxílios estatais portugueses de 612 milhões de euros para apoiar as empresas com utilização intensiva de energia

A Comissão Europeia aprovou um regime de auxílios estatais portugueses no valor de 612 milhões de euros para apoiar empresas com elevado consumo de energia, reduzindo as taxas sobre a eletricidade que estas pagam. O objetivo é evitar que estas empresas desloquem a sua atividade para países fora da UE com políticas climáticas menos exigentes.

O regime destina-se a setores intensivos em eletricidade e expostos à concorrência internacional, permitindo-lhes reduções nas taxas entre 75% e 85%, desde que mantenham um valor mínimo de €0,5/MWh. Para serem elegíveis, as empresas devem adotar medidas ambientais, como implementar auditorias energéticas, utilizar 30% de eletricidade de fontes renováveis ou investir 50% do auxílio em projetos de redução de emissões.

A Comissão considerou que o regime é necessário,

proporcional e compatível com as regras da UE, por promover a competitividade e os objetivos de descarbonização da indústria europeia. O regime estará em vigor até abril de 2035.

Comissão aprova um auxílio alemão à reestruturação da Condor no valor de 321,2 milhões de euros, tendo em conta o acórdão do Tribunal Geral

A Comissão Europeia aprovou uma ajuda de reestruturação de 321,2 milhões de euros concedida pela Alemanha à companhia aérea Condor, em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais. Esta decisão tem em conta um acórdão do Tribunal Geral de maio de 2024, que anulou uma decisão anterior da Comissão por falhas na análise do equilíbrio financeiro do apoio.

A Condor, uma transportadora aérea alemã de voos charter focada no turismo, entrou em insolvência em 2019 após a falência do grupo Thomas Cook. O apoio aprovado inclui o perdão parcial de um empréstimo garantido pelo Estado, reestruturação das condições de pagamento e o perdão de juros.

Após nova análise, a Comissão concluiu que a Condor está a aplicar um plano de reestruturação eficaz e que tanto a empresa como o seu novo investidor privado, Attestor, estão a financiar mais de 70% dos custos, garantindo uma partilha justa do esforço. Os antigos acionistas perderam o valor do seu investimento, evitando problemas de risco moral. A Comissão considerou ainda que existem salvaguardas adequadas para limitar distorções da concorrência.

Com base nestes elementos, a Comissão considerou que a medida é compatível com as regras da UE em matéria de auxílios estatais.

DECISÕES

Auxílios de Estado: o Tribunal de Justiça especifica as circunstâncias em que isenções fiscais podem ser proibidas pelo Direito da União (Acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-453/23 | Prezydent Miasta Mielca)

Uma empresa polaca disponibilizou um ramal ferroviário privado a um transportador ferroviário para beneficiar de uma isenção do imposto sobre imóveis. Apesar de cumprir a legislação nacional, a isenção foi recusada com base no argumento de que poderia constituir auxílio de Estado não notificado à Comissão Europeia.

O Supremo Tribunal Administrativo da Polónia pediu ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) que esclarecesse se esta isenção configura um auxílio de Estado, nomeadamente se confere uma vantagem seletiva e se falseia a concorrência. Segundo o TJUE:

- A isenção não parece conferir uma vantagem seletiva, pois decorre de um regime fiscal geral e abstrato, aplicável a diversos tipos de empresas;
- Não se enquadra num regime fiscal discriminatório nem está ligada a características específicas das empresas beneficiárias;
- A isenção visa objetivos legítimos, como a promoção do transporte ferroviário e a reabilitação de infraestruturas, para além do objetivo orçamental;
- No entanto, cabe ao tribunal nacional a decisão final sobre se há ou não auxílio de Estado;
- Se se concluir que existe uma vantagem seletiva, o tribunal deve ainda analisar se tal medida afeta ou pode afetar a concorrência, sobretudo num setor liberalizado como o transporte ferroviário.

newsletter

COMPETITION AND REGULATION

april 2025

In Portugal

ANTITRUST

Fixing minimum prices results in prosecution of a business association (PRC/2024/4)

The Portuguese Competition Authority (PCA) has accused a business association in the tourism sector of setting minimum prices, a practice considered illegal under competition rules. The investigation, launched in June 2024, found indications that the association recommended price lists and minimum price increases to its members and other service providers.

The practice, allegedly in place since 2020, led to the issuance of a Statement of Objections, which ends the investigation phase and opens the formal proceedings. In this phase, the accused association may exercise its right of defense, with the presumption of innocence remaining in place.

Setting minimum prices by business associations is prohibited, as it reduces competition, harms consumers, and undermines economic competitiveness. The PCA emphasizes that companies must independently set their prices and

has published a guide for business associations on compliant behaviour.

This case is part of the PCA's broader strategy to strengthen the detection of anticompetitive practices at the regional level, within the initiative "20 years, 20 cities – competition comes to you!".

MERGER CONTROL

PCA adopts non-opposition decision in merger 92/2024 – AVK / Pixel Light

The PCA has authorised a merger consisting of the acquisition by AVK – Soluções Audiovisuais, S.A. ('AVK') of sole control of Pixel Light, Lda. ('Pixel Light'), on the grounds that it is not likely to create significant impediments to effective competition in the national market or in a substantial part of it.

AVK is a company active in the provision of audiovisual services, including the sale and hire of sound, video and lighting equipment and other equipment for processing and capturing and broadcasting images, sound and light and the

respective technical assistance, the production of content and the design, construction and assembly of structures and the like.

Pixel Light is a company active in the sale and hire of audiovisual equipment, generators, equipment assembly and disassembly; event production and support; and sound recording, video and music editing activities.

The PCA has adopted a non-opposition decision in merger operation 17/2025 – Shift4 / Global Blue

The PCA has authorized a merger operation consisting of the indirect acquisition by Shift4 Payments, Inc. (“Shift4”), through GT 1 Holding GmbH, a company created for this purpose, of exclusive control of Global Blue Group Holding AG (“Global Blue”), through the acquisition of its entire share capital, on the grounds that it is not likely to create significant impediments to effective competition in the national market or in a substantial part of it.

Shift4 is a provider of payment processing software and solutions, serving a wide range of merchants, from small owner-operated local businesses to global corporations, including a comprehensive payment platform and various other technological solutions.

For its part, Global Blue is a company operating in the value-added tax refund services sector.

The PCA has adopted a non-opposition decision in merger operation 21/2025 – Cencora / Alloga Logifarma

The PCA has authorized a merger operation consisting of the acquisition by Cencora, Unipessoal, Lda. (“Cencora”) of exclusive control over Alloga Logifarma, S.A. (“Alloga Logifarma”), on the grounds that it is not likely to create

significant impediments to effective competition in the national market or in a substantial part of it.

Cencora is a Portuguese company whose object is to provide consultancy and management services, and to buy, sell and rent real estate. It is part of the Cencora Group, which is dedicated to pharmaceutical supply and distribution, specializing in (i) the provision of logistics services, mainly to pharmaceutical manufacturers, clinical research organizations and contract development and product manufacturing organizations, (ii) the provision of various services to pharmaceutical manufacturers in relation to commercial pharmaceutical products, (iii) the acquisition of own-brand generic products and (iv) the provision of support services to independent pharmacies.

In turn, Alloga Logifarma is a Portuguese prewholesaling company which provides warehousing and logistics services to the pharmaceutical industry before the pharmaceutical products enter the wholesale and retail distribution chains.

The PCA adopts non-opposition decision in merger operation 12/2025 – Altri / Greenalia

The PCA has authorised a concentration operation consisting of the acquisition by Altri, SGPS, S.A. (‘Altri’) of the entire share capital of Greenalia Forest, S.L.U. and Greenalia Logistics, S.L.U. (‘Acquired Parties’), on the grounds that it is not likely to create significant impediments to effective competition in the national market or in a substantial part of it.

Altri is a leading company in the production of eucalyptus cellulose fibers and in sustainable forest management and is also dedicated to the production of renewable energy through forest biomass and cogeneration.

The Acquired Companies operate in the timber sector, namely by carrying out analyses and studies, felling trees, buying, selling, processing and handling timber and using and producing by-products, as well as setting up auxiliary industries such as glue factories, buying and selling machinery, buying, selling and renting land, transporting, loading and unloading ships and transporting goods by road.

The PCA adopts non-opposition decision in merger 24/2025 – Albion / WSR

The PCA has authorised a concentration consisting of the acquisition by ALBION FORTRESS BIDCO LIMITED (‘ALBION’) of sole control of THUNDERBOLT TOPCO LIMITED, which controls 100% of the WESCOM GROUP (‘WSR’), on the grounds that it is not likely to create significant impediments to effective competition in the national market or in a substantial part of it.

ALBION is a vehicle company created for the purposes of the merger, held exclusively by Albion Platform Holdings LLC – a private equity investment fund focused on investments in the Defence sector.

WSR is a holding company of the Wescom Group, active in the production and supply of maritime and defence pyrotechnics.

In the European Union

ANTITRUST

Commission fines car manufacturers and industry association €458 million for cartel in end-of-life vehicle treatment

The European Commission has sanctioned 15 car manufacturers and the European Automobile Manufacturers Association (ACEA) for a cartel that lasted more than 15 years and affected the end-of-life vehicle (ELV) recycling market. Mercedes-Benz was granted full immunity for reporting the infringement under the leniency programme.

The investigation revealed that the companies agreed not to pay vehicle dismantlers to process ELVs, arguing that the activity would be self-sustaining ('Zero-Treatment-Cost'). In addition, they co-ordinated not to disclose the amount of recycled material in new vehicles, limiting transparency for consumers. These practices violated Directive 2000/53/EC, which requires manufacturers to cover recycling costs when necessary and to inform consumers about the environmental performance of vehicles.

ACEA was identified as a facilitator of the cartel, organising meetings and contacts between manufacturers. The practice took place in the European Economic Area between 2002 and 2017 and was investigated in coordination with the UK's Competition and Markets Authority ('CMA').

The companies targeted were BMW, Ford, Honda, Hyundai / Kia, Jaguar, Land Rover, Tata, Mazda, Mercedes Benz, Mitsubishi, Opel, Renault/Nissan, Stellantis, Suzuki, Toyota, Volkswagen, Volvo and the ACEA Association.

The fines were set on the basis of the Commission's 2006 Guidelines, taking into account factors such as the number of vehicles involved, the seriousness of the offence and the duration of the cartel. Renault received a reduction for requesting exemption from the practice of not publicising the use of recycled materials.

Four companies cooperated with the Commission under the leniency programme:

- Mercedes-Benz was granted full immunity, avoiding a fine of €35 million.
- Stellantis (including Opel), Mitsubishi and Ford benefited from reductions proportional to the value of the evidence provided.
- All companies received an additional 10% reduction for accepting the settlement procedure.

The decision reinforces the Commission's commitment to fighting anti-competitive practices and promoting transparency in the automotive sector.

Commission launches consultation on industrial cooperation in the acquisition and recycling of critical raw materials

The European Commission has opened a public consultation to gather contributions on the acquisition and recycling of critical raw materials in the EU, analysing possible forms of cooperation between companies within the Union's competition rules.

Critical raw materials are essential for strategic sectors such as renewable energies, digital technologies, aerospace and defence. The aim is to assess challenges in their procurement and recycling, promoting a sustainable and diversified

approach in line with the Critical Raw Materials Act (CRMA).

The consultation will initially focus on 14 raw materials of strategic importance. Companies in the extraction, processing and recycling sector are invited to share perspectives and challenges, as well as opportunities for collaboration. Contributions can be sent to COMP-RAW-MATERIALS@ec.europa.eu until 31 May 2025 .

Based on the responses received, the Commission may issue guidelines on the compatibility of co-operation projects with EU competition rules.

European Commission closes one investigation into Apple and issues preliminary findings under the Digital Markets Act (DMA)

The European Commission announced today the closure of an investigation into Apple's user choice obligations, while also notifying Apple of its preliminary findings that the company's rules on alternative app distribution breach the DMA.

Following a constructive dialogue with Apple, the Commission decided to close the investigation concerning how users select default apps on iPhones. Apple:

- Revised the browser choice screen, making it easier to set a non-Safari browser as the default.
- Introduced a new centralized settings menu allowing users to more easily configure default apps for calls, messages, keyboards, password managers, and more.

The Commission considers that Apple is not complying with the DMA by making it too difficult to use alternative app stores or to install apps directly from the web on iOS devices. Specifically:

- Developers face discouraging conditions, such as Apple's new Core Technology Fee if they use alternative distribution channels.
- Apple imposes excessively strict eligibility

criteria, limiting developers' ability to access these channels.

- The process for users to install apps through alternative stores is overly burdensome and confusing.

European Commission finds Apple and Meta in breach of the Digital Markets Act

The European Commission has found that Apple violated the anti-steering obligation under the Digital Markets Act (DMA), and that Meta breached the obligation to offer consumers the choice of a service that uses fewer personal data.

As a result, the Commission has fined Apple €500 million and Meta €200 million.

The two decisions were adopted following a lengthy dialogue with the companies involved, which had the opportunity to present their views and arguments in detail.

Statement by the National Competition Authorities of Austria, Belgium, Czechia, Ireland, the Netherlands, and Portugal

The National Competition Authorities reaffirm the essential role of competition in fostering competitiveness, innovation, and investment within the European Union, especially in the context of the European Commission's action plan to implement the visions laid out in the Letta and Draghi reports.

They maintain that competition and the goal of achieving scale in industry are not incompatible. They reject the notion that strict competition rules are responsible for the fragmentation of the electronic communications sector, arguing instead that a reduced number of operators may harm quality, innovation, resilience, and security.

They emphasize the importance of maintaining strict merger control, asserting that transactions

harmful to competition should be blocked or approved only with effective remedies. They also highlight that cross-border mergers can be pro-competitive, provided they do not compromise national competition.

The authorities commit to continuing their efforts to promote open and competitive markets, to ensure fair prices, innovation, and investment, and to fight unnecessary barriers to market entry, thereby strengthening the integration of the European single market.

European Commission published its second annual report on the implementation of the Digital Markets Act (DMA)

The European Commission published its second annual report on the implementation of the Digital Markets Act (DMA), covering the period from January to December 2024.

The report outlines the measures taken to ensure effective enforcement of the DMA and to promote fairness and contestability in the digital sector of the internal market. Key actions include:

- Adoption of new gatekeeper designation decisions;
- Regulatory dialogues with gatekeepers and third parties to improve compliance solutions;
- Opening of specification procedures and non-compliance investigations where necessary.

The report also provides a summary of the information submitted by gatekeepers, including planned concentrations and audited descriptions of consumer profiling techniques.

It highlights the cooperation between the Commission and national authorities to ensure a coordinated and effective application of the rules.

Finally, the report summarizes the 2024 activities of the High-Level Group on Digital Markets, which brings together the European bodies and networks identified in the DMA.

The European Economic and Social Committee (EESC) has issued an own-initiative opinion on the assessment of the Enrico Letta and Mario Draghi reports on the functioning and competitiveness of the EU's single market

The EESC has issued an own-initiative opinion on the functioning and competitiveness of the EU's single market, endorsing the call launched by the Mario Draghi and Enrico Letta reports for urgent action to be taken to increase the competitiveness of the European economy by abandoning the illusion that only by postponing the problem can consensus be preserved.

The EESC believes that it is essential to continue working to complete the single market, extending it to the financial, electronic communications and energy sectors and strengthening the services sector.

To this end, it has drawn up the following conclusions and recommendations:

- The EU institutions and the Member States must initiate a proper debate on the fundamental rules of the EU and the relevance of the Treaties in the light of the current challenges, which they believe require rapid reflection and response.
- It is essential that the EU institutions take decisive steps to realise the single market, paying particular attention to environmental sustainability, economic prosperity and social and territorial cohesion as factors of competitiveness.
- It is of the utmost importance to reduce bureaucratic burdens and compliance costs for businesses through better regulation and effective simplification of administrative

requirements. In this regard, the EESC considered that it would be appropriate to strengthen regulatory impact assessment and competitiveness monitoring, thus supporting entrepreneurship and the creation of quality jobs, improving working conditions and promoting sustainable economic growth and social cohesion.

- It is expected that regulations will be adopted to reduce energy prices and, above all, the difference in prices between the various Member States and between the European economy and other economies. In this context, the EESC considers it crucial to make greater use of contracts for differences and to decouple the price of renewable energies and other forms of low-carbon energy from the price of fossil fuels, which are more volatile. It believes that greater investment in the renewable energy sector and other forms of low carbon energy is also necessary and desirable.
- The EESC agrees on the need for a careful evaluation of the Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM) and encourages EU legislators to study appropriate ways of calibrating the export and import regime in order to safeguard the competitiveness of EU industry on international markets.
- In addition, the EESC notes that the measures proposed in the reports by Mario Draghi and Enrico Letta require massive investments and therefore urges the European institutions to study the possibility of issuing common safe assets, as was the case in response to the pandemic.
- Although the promotion of peace must remain the EU's ultimate goal, in line with a vision of security that goes beyond the military dimension, the EESC notes that geopolitical developments require the implementation of a European defence policy accompanied by the strengthening

of the common foreign policy. It therefore considers it important to increase military investment, particularly through new funding instruments aimed at improving the level of technological development in the sector.

- Finally, the EESC calls for a new reflection on European public goods that defines the main priorities for the EU's future, recognising that the supply of these goods depends on economic, institutional and political factors, and that a European guarantee in this area would bring added value compared to a plurality of national approaches.

Reducing Bureaucracy and Enhancing SME Competitiveness in the EU: EESC Opinion

The European Economic and Social Committee (EESC) has issued an exploratory opinion, requested by the Polish EU Presidency, addressing the challenges faced by small and medium-sized enterprises (SMEs) due to increasing regulatory burdens. The opinion highlights the urgent need to simplify the EU's legislative framework without compromising fundamental rights or environmental and social objectives.

Key recommendations state:

- Merge the SME test and the competitiveness check into a single, more efficient procedure;
- Strengthen the independence of the Regulatory Scrutiny Board, granting it review powers at the start of the legislative process;
- Create a single digital reporting tool using artificial intelligence to consolidate and simplify information obligations;
- Establish national contact points to assist with EU reporting requirements;
- Accelerate impact and risk assessments for substantial amendments proposed by the European Parliament and Council;
- Prevent "gold-plating" when transposing

EU legislation into national law, avoiding additional administrative burdens;

- Propose a binding legislative act to reduce bureaucracy across the EU.

While the EESC welcomes the Commission's current efforts, it calls for greater ambition and coordination between EU institutions and Member States to ensure a more efficient and competitive regulatory environment, especially for SMEs.

MERGER CONTROL

Commission approves Safran's acquisition of part of Collins Aerospace's actuation business, subject to conditions

The European Commission has approved, under the EU Merger Regulation, the proposed acquisition of part of the aerospace actuation business of Collins Aerospace ('the Target') by Safran USA Inc. ('Safran'), controlled by Safran S.A., a leading French aerospace company. The approval is conditional upon full compliance with the commitments offered by Safran.

To address the Commission's competition concerns, Safran offered to divest the entirety of its North American THSA business, which includes sites in Canada and in the US, as well as assets in Mexico.

These commitments fully address the competition concerns identified by the Commission, by fully removing the overlap between the parties' THSA activities. Through the transaction, Safran will also expand its footprint in the aerospace sector and acquire a wider portfolio of products to supply aircraft manufacturers in the civil and defence sectors.

Following the positive feedback received during

the market test, the Commission concluded that the transaction, as modified by the commitments, would no longer raise competition concerns.

The decision is conditional upon full compliance with the commitments. An independent trustee will monitor their implementation, under the supervision of the Commission.

STATE AID

Scoreboard 2024 shows that Member States have focussed state aid on strategic EU priorities

The European Commission has published the 2024 edition of the State Aid Scoreboard, which provides a detailed overview of state aid spending in the EU in 2023. Although the overall figure decreased to €186.78 billion from €243.27 billion in 2022, member states channelled 73% of that amount towards EU policy objectives, such as environmental protection, energy efficiency, research and innovation, and regional development. In 2022, this percentage was only 49%, reflecting a structural reorientation of support.

Main highlights for 2023:

- Member states reported €186.78 billion in state aid, corresponding to 1.09% of EU GDP. This is a 23% reduction on the previous year, which marks a normalisation of state support after the peak of exceptional measures motivated by the COVID-19 pandemic and the war in Ukraine.
- €136.78 billion was spent on aid targeting the EU's long-term priorities, representing 0.8% of the EU's GDP – a 14% increase compared to €119.98 billion in 2022.
- The most heavily funded objective was environmental protection and energy saving: €55.32 billion, around 30% of total state aid.

- The second most important objective was the correction of serious disturbances in the economy, which absorbed around 25% of total spending.
- Measures approved under the Temporary Crisis and Transition Framework (TCTF) – aimed at mitigating the effects of the war in Ukraine and supporting the transition to a carbon-neutral economy – accounted for €39.45 billion, or 21% of total spending.
- Aid linked to the pandemic has been phased out, with spending falling to just 0.06% of EU GDP in 2023. In total, only 34% of COVID-19 support measures and 19% of TCTF measures have actually been spent.

In addition, there has been a growing trend in the use of block exemptions. In 2023, the following were adopted:

- 2,105 aids granted under the General Block Exemption Regulation;
- 690 aids under the agricultural regulation;
- 30 aids under the fisheries regulation.

In total, these measures accounted for 88% of new state aid and 93% excluding crisis aid, with a total amount of €70.53 billion, or 38% of total expenditure.

The 2024 edition includes six main themes: (i) aid in the context of the war in Ukraine and the climate transition; (ii) support granted during the pandemic; (iii) aid exempt from notification; (iv) measures linked to energy, the environment, renewable energies and energy efficiency; (v) the development of broadband networks; (vi) industrial innovation and the manufacture of clean technologies.

The Commission has also carried out regular surveys of Member States to monitor the support actually granted in the context of recent crises, the results of which are available in policy briefs

published on the Commission's website.

Commission approves €1.5bn Polish state aid scheme for reinsurance of transport war risks in Ukraine

The European Commission has approved a €1.5 billion Polish scheme for state reinsurance of insurers covering transport war risks in Ukraine. This measure aims to maintain and facilitate trade flows between Poland, the member state with the longest land border with Ukraine, and the country affected by Russian military aggression.

1. The Polish regime:

Through this scheme, Poland's public export credit agency, KUKE, will provide reinsurance to insurers covering war risks (such as damage resulting from military operations, sabotage, terrorism and riots). The direct beneficiaries will be insurers authorised in Poland, while the indirect beneficiaries will be transport companies operating in Poland and carrying out deliveries in Ukraine.

The support will cover Polish freight transport companies and companies from other member states with branches in Poland. The scheme seeks to address the lack of private insurance solutions for war risks in Ukraine.

Public reinsurance will cover 80% of war risks, with insurers responsible for the remaining 20%. They will pay KUKE an appropriate risk premium, ensuring sustainable valuation and pricing. Normal commercial risks are not covered. The scheme will be in force until 30 June 2027.

2. Commission assessment:

The Commission assessed the measure on the basis of Article 107(3)(c) TFEU, which allows certain economic activities to be supported under specific conditions. It concluded that:

- The scheme is necessary, appropriate and proportionate to ensure the functioning of

transport and insurance services in times of crisis, with no market alternatives available.

- It has an incentive effect, since without public support operators would not be able to continue the activity.
- It includes safeguards to minimise distortions of competition and is open to all insurers authorised in Poland and to new competitors.

On the basis of these factors, the Commission approved the scheme under EU state aid rules.

Commission approves €400 million Spanish scheme to support renewable hydrogen production

The European Commission has approved a €400 million state aid scheme for Spain to support renewable hydrogen production, as part of the European Hydrogen Bank's "Auctions-as-a-Service" mechanism (scheduled for 2025). The measure aims to contribute to the objectives of the Green Industrial Pact, the REPowerEU plan and the European Hydrogen Strategy.

The aid supports the construction of up to 345 MW of electrolysis capacity and the production of up to 221,000 tonnes of renewable hydrogen, avoiding up to 1 million tonnes of CO₂. It is financed through a competitive auction, supervised by the CINEA agency, open to companies planning to build new electrolyzers in Spain, and will be awarded in the form of a direct subsidy per kg of hydrogen produced, for a maximum of 10 years.

The projects must fulfil the EU criteria for renewable fuels of non-biological origin (RFNBOs), including the use of additional electricity from renewable sources.

In its assessment, the Commission considered that: (i) the measure is necessary, appropriate and proportionate, aimed at incentivising hydrogen

production; (ii) it has an incentive effect, since without this support the projects would not be feasible; (iii) the environmental benefits outweigh any negative jus-competitive effects.

The European Hydrogen Bank, financed by the Innovation Fund, aims to help the EU reach the target of 20 million tonnes of renewable hydrogen by 2030.

The initiative aims to harmonise national and European support and make auctions more efficient and comparable.

This scheme follows similar ones already approved for Germany, Austria and Lithuania.

Commission approves €612 million Portuguese State aid scheme to support energy-intensive companies

The European Commission has approved a €612 million Portuguese State aid scheme to support energy-intensive companies by reducing the electricity levies they pay. The goal is to prevent these companies from relocating their operations to non-EU countries with less ambitious climate policies.

The scheme targets sectors that are highly dependent on electricity and exposed to international competition, allowing them to benefit from levy reductions between 75% and 85%, with a minimum charge of €0.5/MWh. To qualify, companies must adopt environmental measures, such as implementing energy audit recommendations, sourcing 30% of electricity from renewables, or investing 50% of the aid in emission-reduction projects.

The Commission found the scheme to be necessary, proportionate, and compatible with EU rules, as it fosters competitiveness and supports the EU's industrial decarbonisation goals. The scheme will

run until April 2035.

Commission approves €321.2 million German restructuring aid to Condor, taking into account judgment of the General Court

The European Commission has approved €321.2 million in restructuring aid granted by Germany to the airline Condor, under EU State aid rules. This decision takes into account a May 2024 judgment by the General Court, which annulled a previous Commission decision due to shortcomings in the assessment of financial balance and burden-sharing.

Condor, a German charter airline focused on leisure travel, filed for insolvency in 2019 following the collapse of its parent company, Thomas Cook. The aid package includes a partial debt write-off on a state-guaranteed loan, restructured repayment terms, and an interest write-off.

Following a new assessment, the Commission found that Condor is implementing a solid restructuring plan, and that both the company and its new private investor, Attestor, are contributing significantly — funding over 70% of the restructuring costs. Former shareholders lost the entire value of their investment, ensuring proper burden-sharing and avoiding moral hazard. The Commission also found that safeguards are in place to limit competition distortions.

Based on these findings, the Commission concluded that the German aid measure complies with EU State aid rules.

DECISIONS AND CASE-LAW

State aid: the Court of Justice specifies the circumstances in which tax exemptions may be prohibited by EU law (Judgement of the Court of Justice in Case C-453/23| Prezydent Miasta Mielca)

A Polish company made a private railway siding available to a rail carrier in order to benefit from a property tax exemption. Although it met all the conditions under national law, the exemption was denied on the grounds that it could constitute unnotified State aid under EU law.

The Polish Supreme Administrative Court referred the case to the Court of Justice of the European Union (CJEU) to determine whether this tax exemption constitutes selective advantage and distorts competition.

According to the CJEU:

- The exemption does not appear to grant a selective advantage, as it results from a general and abstract tax regime applicable to various types of businesses;
- It is not part of a discriminatory tax regime and is not tied to specific features of the beneficiaries;
- The exemption pursues legitimate objectives, such as promoting rail transport and the rehabilitation of unused infrastructure, beyond mere budgetary goals;
- However, it is ultimately for the national court to determine whether State aid exists;
- If a selective advantage is found, the court must assess whether the measure distorts or threatens to distort competition, particularly in a liberalised sector like rail transport.

newsletter

COMPETENCIA Y REGULACIÓN

abril 2025

Em Portugal

PRÁCTICAS ANTICOMPETITIVAS

La fijación de precios mínimos lleva a juicio a una asociación empresarial (PRC/2024/4)

La Autoridad de la Competencia Portuguesa (AdC) ha acusado a una asociación empresarial del sector turístico de fijar precios mínimos, una práctica considerada ilegal según las normas de competencia. La investigación, iniciada en junio de 2024, reveló indicios de que la asociación recomendaba tablas de tarifas y aumentos mínimos de precios a sus miembros y otros prestadores de servicios.

La práctica, supuestamente adoptada desde 2020, dio lugar a la emisión de una Nota de Ilícitud, que cierra la fase de investigación e inicia la fase de instrucción. En esta fase, la asociación implicada puede ejercer su derecho de defensa, manteniéndose la presunción de inocencia.

La fijación de precios mínimos por parte de asociaciones empresariales está prohibida, ya que reduce la competencia, perjudica a los consumidores y afecta a la competitividad económica. La AdC destaca que las empresas deben fijar sus precios de forma autónoma y ha publicado una guía dirigida a asociaciones empresariales sobre comportamientos a evitar.

Este caso forma parte de la estrategia de la AdC para reforzar la detección de prácticas anticompetitivas a nivel regional, en el marco de la iniciativa “20 años, 20 ciudades – ¡la competencia va hasta ti!”.

CONTROL DE CONCENTRACIONES

La AdC adopta una decisión de no oposición en la operación de concentración 92/2024 – AVK / Pixel Light

La AdC ha autorizado una operación de concentración consistente en la adquisición por

AVK – Soluções Audiovisuais, S.A. («AVK») del control exclusivo de Pixel Light, Lda. («Pixel Light»), por considerar que no es probable que cree obstáculos significativos a la competencia efectiva en el mercado nacional o en una parte sustancial del mismo.

AVK es una empresa activa en la prestación de servicios audiovisuales, incluyendo la venta y alquiler de equipos de sonido, vídeo e iluminación y otros equipos de procesamiento y captación y difusión de imágenes, sonido y luz y la respectiva asistencia técnica, la producción de contenidos y el diseño, construcción y montaje de estructuras y similares.

Pixel Light es una empresa dedicada a la venta y alquiler de equipos audiovisuales, generadores, montaje y desmontaje de equipos; producción y asistencia de eventos; y actividades de grabación de sonido, vídeo y edición musical.

La AdC adopta una decisión de no oposición en la concentración 17/2025 – Shift4 / Global Blue

La AdC ha autorizado una concentración consistente en la adquisición indirecta por Shift4 Payments, Inc. («Shift4»), a través de GT 1 Holding GmbH, sociedad creada al efecto, del control exclusivo de Global Blue Group Holding AG («Global Blue»), mediante la adquisición de la totalidad de su capital social, por considerar que no es probable que suponga un obstáculo significativo para la competencia efectiva en el mercado nacional o en una parte sustancial del mismo.

Shift4 es un proveedor de software y soluciones de procesamiento de pagos, al servicio de una amplia gama de comerciantes, desde pequeñas empresas locales gestionadas por sus propietarios hasta empresas mundiales, que incluye una plataforma de pago integral y otras soluciones tecnológicas

diversas.

Por su parte, Global Blue es una empresa que opera en el sector de los servicios de devolución del impuesto sobre el valor añadido.

La AdC adopta una decisión de no oposición en la concentración 21/2025 – Cencora / Alloga Logifarma

La AdC ha autorizado una fusión consistente en la adquisición por Cencora, Unipessoal, Lda. («Cencora») del control exclusivo de Alloga Logifarma, S.A. («Alloga Logifarma»), al considerar que no es probable que la fusión cree impedimentos significativos a la competencia efectiva en el mercado nacional o en una parte sustancial del mismo.

Cencora es una empresa portuguesa que tiene por objeto la prestación de servicios de consultoría y gestión, así como la compra, venta y alquiler de inmuebles. Forma parte del Grupo Cencora, que se dedica al suministro y distribución de productos farmacéuticos, especializándose en (i) la prestación de servicios logísticos, principalmente a fabricantes de productos farmacéuticos, organizaciones de investigación clínica y organizaciones de desarrollo y fabricación de productos por contrato, (ii) la prestación de diversos servicios a fabricantes de productos farmacéuticos en relación con productos farmacéuticos comerciales, (iii) la adquisición de productos genéricos de marca propia y (iv) la prestación de servicios de apoyo a farmacias independientes.

Por su parte, Alloga Logifarma es una empresa portuguesa de preventiva al por mayor que presta servicios de almacenamiento y logística a la industria farmacéutica antes de que los productos farmacéuticos entren en las cadenas de distribución al por mayor y al por menor.

La AdC adopta decisión de no oposición en la operación de concentración 12/2025 – Altri / Greenalia

La AdC ha autorizado una operación de concentración consistente en la adquisición por Altri, SGPS, S.A. («Altri») de la totalidad del capital social de Greenalia Forest, S.L.U. y Greenalia Logistics, S.L.U. («Sociedades Adquiridas»), por considerar que no es probable que cree impedimentos significativos a la competencia efectiva en el mercado nacional o en una parte sustancial del mismo.

Altri es una empresa líder en la producción de fibras de celulosa de eucalipto y en la gestión forestal sostenible, dedicada también a la producción de energía renovable mediante biomasa forestal y cogeneración.

Las Sociedades Adquiridas operan en el sector de la madera, concretamente realizando análisis y estudios, talando árboles, comprando, vendiendo, transformando y manipulando madera y utilizando y produciendo subproductos, así como montando industrias auxiliares como fábricas de cola, comprando y vendiendo maquinaria, comprando, vendiendo y alquilando terrenos, transportando, cargando y descargando barcos y transportando mercancías por carretera.

La AdC adopta una decisión de no oposición en la concentración 24/2025 – Albion / WSR

La AdC ha autorizado una operación de concentración consistente en la adquisición por ALBION FORTRESS BIDCO LIMITED («ALBION») del control exclusivo de THUNDERBOLT TOPCO LIMITED, que controla el 100% del GRUPO WESCOM («WSR»), por considerar que no es probable que cree impedimentos significativos a la competencia efectiva en el mercado nacional o en una parte sustancial del mismo.

ALBION es una sociedad instrumental creada a efectos de la Operación, participada exclusivamente por Albion Platform Holdings LLC – un fondo de inversión de capital privado centrado en inversiones en el sector de Defensa.

WSR es una sociedad holding del Grupo Wescom, activo en la producción y suministro de pirotecnia marítima y de defensa.

En la Unión Europea

PRÁCTICAS ANTICOMPETITIVAS

La Comisión multa con 458 millones de euros a los fabricantes de automóviles y a la asociación sectorial por un cártel en el tratamiento de vehículos al final de su vida útil

La Comisión Europea ha sancionado a 15 fabricantes de automóviles y a la Asociación Europea de Fabricantes de Automóviles (ACEA) por un cártel que duró más de 15 años y afectó al mercado del reciclado de vehículos al final de su vida útil (VFU). Mercedes-Benz obtuvo inmunidad total por denunciar la infracción en el marco del programa de clemencia.

La investigación reveló que las empresas acordaron no pagar a los desguazadores de vehículos por procesar los VFU, argumentando que la actividad sería autosuficiente («Tratamiento-Coste Cero»). Además, se coordinaron para no revelar la cantidad de material reciclado en los vehículos nuevos, limitando la transparencia para los consumidores. Estas prácticas infringían la Directiva 2000/53/CE, que obliga a los fabricantes a cubrir los costes de reciclado cuando sea necesario y a informar a los consumidores sobre el comportamiento medioambiental de los vehículos.

ACEA fue identificada como facilitadora del cártel, organizando reuniones y contactos entre fabricantes. La práctica tuvo lugar en el Espacio Económico Europeo entre 2002 y 2017 y se investigó en coordinación con la Autoridad de Competencia y Mercados del Reino Unido («CMA»).

Las empresas objeto de la investigación fueron: BMW, Ford, Honda, Hyundai / Kia, Jaguar, Land Rover, Tata, Mazda, Mercedes Benz, Mitsubishi, Opel, Renault / Nissan, Stellantis, Suzuki, Toyota, Volkswagen, Volvo y la Asociación ACEA.

Las multas se fijaron sobre la base de las Directrices de la Comisión de 2006, teniendo en cuenta factores como el número de vehículos implicados, la gravedad de la infracción y la duración del cartel. Renault recibió una reducción por solicitar la exención de la práctica de no publicitar el uso de materiales reciclados.

Cuatro empresas cooperaron con la Comisión en el marco del programa de clemencia:

- A Mercedes-Benz se le concedió plena inmunidad, evitando una multa de 35 millones de euros.
- Stellantis (incluida Opel), Mitsubishi y Ford se beneficiaron de reducciones proporcionales al valor de las pruebas aportadas.
- Todas las empresas recibieron una reducción adicional del 10% por aceptar el procedimiento de transacción.

La decisión refuerza el compromiso de la Comisión de luchar contra las prácticas anticompetitivas y fomentar la transparencia en el sector del automóvil.

La Comisión inicia una consulta sobre la cooperación industrial en la adquisición y el reciclado de materias primas críticas

La Comisión Europea ha abierto una consulta pública para recabar contribuciones sobre la adquisición y el reciclado de materias primas críticas en la UE, analizando posibles formas de

cooperación entre empresas dentro de las normas de competencia de la Unión.

Las materias primas críticas son esenciales para sectores estratégicos como las energías renovables, las tecnologías digitales, el sector aeroespacial y la defensa. El objetivo es evaluar los retos en su obtención y reciclaje, promoviendo un enfoque sostenible y diversificado en línea con la Ley de Materias Primas Críticas (CRMA).

La consulta se centrará inicialmente en 14 materias primas de importancia estratégica. Se invita a las empresas del sector de extracción, transformación y reciclaje a compartir perspectivas y retos, así como oportunidades de colaboración. Las contribuciones pueden enviarse a COMP-RAW-MATERIALS@ec.europa.eu hasta el 31 de mayo de 2025 .

Basándose en las respuestas recibidas, la Comisión podrá publicar directrices sobre la compatibilidad de los proyectos de cooperación con las normas de competencia de la UE.

La Comisión Europea cierra una investigación sobre Apple e inicia procedimientos por incumplimiento de la Ley de Mercados Digitales (DMA)

La Comisión Europea anunció hoy el cierre de una investigación relacionada con las obligaciones de elección del usuario por parte de Apple, y notificó a la empresa sus conclusiones preliminares de que sus normas sobre la distribución alternativa de aplicaciones infringen la DMA.

Tras un diálogo constructivo con Apple, la Comisión decidió cerrar la investigación sobre las opciones que tienen los usuarios para seleccionar aplicaciones predeterminadas en iPhone. Apple:

- Modificó la pantalla de selección de navegador, facilitando el cambio a un navegador que no sea Safari como opción

predeterminada;

- Introdujo un nuevo menú centralizado de configuración, que permite a los usuarios ajustar con mayor facilidad las apps predeterminadas para llamadas, mensajes, teclados, gestores de contraseñas y más.

La Comisión considera que Apple no cumple con la DMA al dificultar el uso de tiendas de aplicaciones alternativas y la descarga directa de apps desde la web en dispositivos iOS. En concreto:

- Los desarrolladores se enfrentan a condiciones desincentivadoras, como el nuevo Cargo por Tecnología Básica (Core Technology Fee) de Apple si optan por canales alternativos.
- Apple impone criterios de elegibilidad excesivamente estrictos, lo que restringe el acceso de los desarrolladores a estas vías de distribución.
- El proceso para que los usuarios instalen aplicaciones a través de canales alternativos es innecesariamente complejo y confuso.

La Comisión Europea concluye que Apple y Meta han infringido la Ley de Mercados Digitales

La Comisión Europea ha determinado que Apple ha infringido la obligación de anti-direccionamiento establecida en la Ley de Mercados Digitales (DMA), y que Meta ha incumplido la obligación de ofrecer a los consumidores la opción de un servicio que utilice menos datos personales.

Como consecuencia, la Comisión ha impuesto una multa de 500 millones de euros a Apple y 200 millones de euros a Meta.

Las dos decisiones se adoptaron tras un amplio diálogo con las empresas implicadas, que tuvieron la oportunidad de presentar detalladamente sus puntos de vista y argumentos.

Declaración de las Autoridades Nacionales de Competencia de Austria, Bélgica, Chequia, Irlanda, Países Bajos y Portugal

Las Autoridades Nacionales de Competencia reafirman el papel esencial de la competencia para fomentar la competitividad, la innovación y la inversión en la Unión Europea, especialmente en el contexto del plan de acción de la Comisión Europea para implementar las visiones expuestas en los informes Letta y Draghi.

Sostienen que la competencia y el objetivo de alcanzar escala en la industria no son incompatibles. Rechazan la idea de que unas normas de competencia estrictas sean responsables de la fragmentación del sector de las comunicaciones electrónicas, argumentando que un número reducido de operadores puede, por el contrario, perjudicar la calidad, la innovación, la resiliencia y la seguridad.

Subrayan la importancia de mantener un control riguroso de las concentraciones, defendiendo que las operaciones perjudiciales para la competencia deben ser bloqueadas o autorizadas únicamente con remedios eficaces. También destacan que las concentraciones transfronterizas pueden ser positivas si no comprometen la competencia a nivel nacional.

Las autoridades se comprometen a seguir promoviendo mercados abiertos y competitivos, garantizando precios justos, innovación e inversión, y combatiendo las barreras innecesarias a la entrada en el mercado, reforzando así la integración del mercado único europeo.

La Comisión Europea ha publicado su segundo informe anual sobre la aplicación de la Ley de Mercados Digitales (DMA)

La Comisión Europea ha publicado su segundo informe anual sobre la aplicación de la Ley de Mercados Digitales (DMA), que abarca el periodo

comprendido entre enero y diciembre de 2024.

El informe detalla las medidas adoptadas para garantizar una aplicación efectiva de la DMA y fomentar la equidad y la contestabilidad en el sector digital del mercado interior. Entre las principales acciones destacan:

- La adopción de nuevas decisiones de designación de guardianes de acceso (gatekeepers);
- Diálogos regulatorios con gatekeepers y terceros para mejorar las soluciones de cumplimiento;
- Apertura de procedimientos de especificación e investigaciones por incumplimiento, cuando fue necesario.

El informe también resume la información proporcionada por los gatekeepers sobre concentraciones previstas y las descripciones auditadas de las técnicas de elaboración de perfiles de los consumidores.

Además, destaca la cooperación entre la Comisión y las autoridades nacionales para asegurar una aplicación coherente y eficaz de la normativa.

Finalmente, el informe presenta un resumen de las actividades realizadas en 2024 por el Grupo de Alto Nivel sobre Mercados Digitales, que agrupa a los organismos y redes europeas identificadas en la DMA.

El Comité Económico y Social Europeo (CESE) ha emitido un dictamen de iniciativa sobre la evaluación de los informes de Enrico Letta y Mario Draghi sobre el funcionamiento y la competitividad del mercado único de la UE

El CESE ha emitido un dictamen de iniciativa sobre el funcionamiento y la competitividad del mercado único de la UE, en el que respalda el llamamiento lanzado por los informes de Mario Draghi y Enrico Letta para que se tomen medidas

urgentes para aumentar la competitividad de la economía europea, abandonando la ilusión de que sólo aplazando el problema se puede preservar el consenso.

El CESE considera indispensable seguir trabajando para completar el mercado único, ampliándolo a los sectores financiero, de las comunicaciones electrónicas y de la energía, y reforzando el sector de los servicios.

Para ello, ha elaborado las siguientes conclusiones y recomendaciones:

- Las instituciones de la UE y los Estados miembros deben iniciar un debate adecuado sobre las normas fundamentales de la UE y la pertinencia de los Tratados a la luz de los retos actuales, que consideran requieren una reflexión y una respuesta rápidas.
- Es esencial que las instituciones de la UE tomen medidas decisivas para realizar el mercado único, prestando especial atención a la sostenibilidad medioambiental, la prosperidad económica y la cohesión social y territorial como factores de competitividad.
- Es de suma importancia reducir las cargas burocráticas y los costes de cumplimiento para las empresas mediante una mejor reglamentación y una simplificación efectiva de los requisitos administrativos. A este respecto, el CESE consideró que sería conveniente reforzar la evaluación del impacto de la reglamentación y el control de la competitividad, apoyando así el espíritu empresarial y la creación de empleos de calidad, mejorando las condiciones de trabajo y fomentando el crecimiento económico sostenible y la cohesión social.
- Se espera que se adopten reglamentos para reducir los precios de la energía y, sobre todo, la diferencia de precios entre los distintos Estados miembros y entre la economía europea y otras economías. En este contexto,

el CESE considera fundamental recurrir en mayor medida a los contratos por diferencias y disociar el precio de las energías renovables y otras formas de energía con bajas emisiones de carbono del precio de los combustibles fósiles, que son más volátiles. Considera que también es necesario y deseable aumentar las inversiones en el sector de las energías renovables y otras formas de energía con baja emisión de carbono.

- El CESE está de acuerdo en la necesidad de una evaluación cuidadosa del Mecanismo de Ajuste en las Fronteras del Carbono (CBAM) y anima a los legisladores de la UE a estudiar formas adecuadas de calibrar el régimen de exportación e importación para salvaguardar la competitividad de la industria de la UE en los mercados internacionales.
- Además, el CESE señala que las medidas propuestas en los informes de Mario Draghi y Enrico Letta requieren inversiones masivas, por lo que insta a las instituciones europeas a estudiar la posibilidad de emitir activos comunes seguros, como se hizo en respuesta a la pandemia.
- Aunque el fomento de la paz debe seguir siendo el objetivo último de la UE, en consonancia con una visión de la seguridad que va más allá de la dimensión militar, el CESE señala que la evolución geopolítica exige la aplicación de una política europea de defensa acompañada del refuerzo de la política exterior común. Por consiguiente, considera importante aumentar las inversiones militares, en particular mediante nuevos instrumentos de financiación destinados a mejorar el nivel de desarrollo tecnológico del sector.
- Por último, el CESE pide una nueva reflexión sobre los bienes públicos europeos que defina las grandes prioridades para el futuro de la UE, reconociendo que la oferta de estos bienes depende de factores económicos,

institucionales y políticos, y que una garantía europea en este ámbito aportaría un valor añadido frente a una pluralidad de enfoques nacionales.

Reducir la burocracia y mejorar la competitividad de las pymes en la UE: Dictamen del CESE

El Comité Económico y Social Europeo (CESE) emitió un dictamen exploratorio, solicitado por la Presidencia polaca del Consejo, sobre los crecientes desafíos normativos que enfrentan las pequeñas y medianas empresas (pymes) en la UE. El dictamen subraya la necesidad urgente de simplificar el marco legislativo europeo sin comprometer los derechos fundamentales ni los objetivos sociales y medioambientales.

Las principales recomendaciones son:

- Unificar la prueba de las pymes y la prueba de competitividad en un único procedimiento más eficiente;
- Reforzar la independencia del Comité de Control de la Reglamentación, otorgándole poderes de revisión desde el inicio del proceso legislativo;
- Crear una herramienta digital única de información, apoyada en inteligencia artificial, para centralizar y simplificar las obligaciones de información;
- Establecer puntos de contacto nacionales para asistir con los requisitos de notificación a nivel europeo;
- Acelerar las evaluaciones de impacto y riesgo en caso de enmiendas sustanciales del Parlamento Europeo o el Consejo;
- Evitar la “sobrerregulación” en la transposición del Derecho de la UE a la legislación nacional;
- Proponer un acto legislativo vinculante para reducir la burocracia en toda la UE.

Aunque el CESE valora los esfuerzos actuales

de la Comisión, insta a una mayor ambición y coordinación entre las instituciones de la UE y los Estados miembros para lograr un entorno normativo más eficiente y competitivo, especialmente para las pymes.

CONTROL DE CONCENTRACIONES

La Comisión aprueba la adquisición por Safran de parte del negocio de actuación de Collins Aerospace, sujeta a condiciones

La Comisión Europea ha aprobado, de conformidad con el Reglamento de concentraciones de la UE, la propuesta de adquisición de parte del negocio de actuación aeroespacial de Collins Aerospace («el objetivo») por Safran USA Inc. («Safran»), controlada por Safran S.A., empresa aeroespacial francesa líder. La aprobación está condicionada al pleno cumplimiento de los compromisos ofrecidos por Safran.

Para responder a las preocupaciones de la Comisión en materia de competencia, Safran ofreció desprenderse de la totalidad de su negocio norteamericano de THSA, que incluye centros en Canadá y en EUA, así como activos en México.

Estos compromisos responden plenamente a los problemas de competencia señalados por la Comisión, al eliminar por completo el solapamiento entre las actividades THSA de las partes. A través de la transacción, Safran también ampliará su presencia en el sector aeroespacial y adquirirá una cartera más amplia de productos para suministrar a los fabricantes de aeronaves en los sectores civil y de defensa.

Tras la respuesta positiva recibida durante la prueba de mercado, la Comisión concluyó que la

transacción, modificada por los compromisos, ya no plantearía problemas de competencia.

La decisión está condicionada al pleno cumplimiento de los compromisos. Un administrador independiente controlará su aplicación, bajo la supervisión de la Comisión.

AYUDAS ESTATALES

El Marcador 2024 muestra que los Estados miembros han centrado las ayudas estatales en las prioridades estratégicas de la UE

La Comisión Europea ha publicado la edición 2024 del Marcador de Ayudas Estatales, que ofrece una visión detallada del gasto en ayudas estatales en la UE en 2023. Aunque la cifra global disminuyó a 186.780 millones de euros desde los 243.270 millones de 2022, los Estados miembros canalizaron el 73% de esa cantidad hacia objetivos políticos de la UE, como la protección del medio ambiente, la eficiencia energética, la investigación y la innovación, y el desarrollo regional. En 2022, este porcentaje era sólo del 49%, lo que refleja una reorientación estructural de las ayudas.

Principales aspectos destacados para 2023:

- Los Estados miembros declararon 186.780 millones de euros en ayudas estatales, lo que corresponde al 1,09% del PIB de la UE. Se trata de una reducción del 23% respecto al año anterior, que marca una normalización de las ayudas estatales tras el pico de medidas excepcionales motivadas por la pandemia del COVID-19 y la guerra de Ucrania.
- Se gastaron 136.780 millones de euros en ayuda destinada a las prioridades a largo plazo de la UE, lo que representa el 0,8% del PIB de la UE, un aumento del 14% en comparación con los 119.980 millones de

euros de 2022.

- El objetivo más financiado fue la protección del medio ambiente y el ahorro energético: 55.320 millones de euros, alrededor del 30% del total de las ayudas estatales.
- El segundo objetivo más importante fue la corrección de las perturbaciones graves de la economía, que absorbió alrededor del 25% del gasto total.
- Las medidas aprobadas en virtud del Marco Temporal de Crisis y Transición (MTCT) – destinadas a mitigar los efectos de la guerra en Ucrania y a apoyar la transición hacia una economía neutra en carbono – representaron 39.450 millones de euros, es decir, el 21% del gasto total.
- La ayuda vinculada a la pandemia se ha ido eliminando progresivamente, y el gasto se reducirá a sólo el 0,06% del PIB de la UE en 2023. En total, sólo se ha gastado el 34% de las medidas de apoyo COVID-19 y el 19% de las medidas TCTF.

Además, ha habido una tendencia creciente en el uso de exenciones por categorías. En 2023, se aprobaron las siguientes:

- 2.105 ayudas concedidas en virtud del Reglamento general de exención por categorías;
- 690 ayudas en virtud del Reglamento agrícola;
- 30 ayudas en virtud del Reglamento de pesca.

En total, estas medidas representaron el 88% de las nuevas ayudas estatales y el 93% excluidas las ayudas de crisis, con un importe total de 70.530 millones de euros, es decir, el 38% del gasto total.

La edición de 2024 incluye seis temas principales: (i) las ayudas en el contexto de la guerra en Ucrania y la transición climática; (ii) las ayudas concedidas durante la pandemia; (iii) las ayudas exentas

de notificación; (iv) las medidas vinculadas a la energía, el medio ambiente, las energías renovables y la eficiencia energética; (v) el desarrollo de redes de banda ancha; (vi) la innovación industrial y la fabricación de tecnologías limpias.

La Comisión también ha llevado a cabo encuestas periódicas a los Estados miembros para supervisar las ayudas realmente concedidas en el contexto de las recientes crisis, cuyos resultados están disponibles en resúmenes de políticas publicados en el sitio web de la Comisión.

La Comisión aprueba un régimen polaco de ayudas estatales de 1.500 millones de euros para el reaseguro de los riesgos de guerra del transporte en Ucrania

La Comisión Europea ha aprobado un régimen polaco de 1.500 millones de euros para el reaseguro estatal de las aseguradoras que cubren los riesgos de guerra del transporte en Ucrania. La medida pretende mantener y facilitar los flujos comerciales entre Polonia, el Estado miembro con la frontera terrestre más larga con Ucrania, y el país afectado por la agresión militar rusa.

1. El régimen polaco:

A través de este esquema, la agencia pública de crédito a la exportación de Polonia, KUKE, pondrá el reaseguro a disposición de las aseguradoras que cubran riesgos de guerra (como daños derivados de operaciones militares, sabotaje, terrorismo y disturbios). Los beneficiarios directos serán las aseguradoras autorizadas en Polonia, mientras que los beneficiarios indirectos serán las empresas de transporte que operen en Polonia y realicen entregas en Ucrania.

La ayuda cubrirá a las empresas polacas de transporte de mercancías y a las empresas de otros Estados miembros con sucursales en Polonia. El plan pretende paliar la falta de soluciones de seguro privado para los riesgos de guerra en Ucrania.

El reaseguro público cubrirá el 80% de los riesgos de guerra, mientras que las aseguradoras se harán cargo del 20% restante. Pagarán a KUKE una prima de riesgo adecuada, garantizando una valoración y tarificación sostenibles. Los riesgos comerciales normales no están cubiertos. El régimen estará en vigor hasta el 30 de junio de 2027.

2. Evaluación de la Comisión:

La Comisión evaluó la medida sobre la base del artículo 107.3, c), del TFUE, que permite apoyar determinadas actividades económicas en condiciones específicas. Concluyó lo siguiente:

- El régimen es necesario, adecuado y proporcionado para garantizar el funcionamiento de los servicios de transporte y seguros en tiempos de crisis, sin alternativas de mercado disponibles.
- Tiene un efecto incentivador, ya que sin el apoyo público los operadores no podrían continuar la actividad.
- Incluye salvaguardias para minimizar las distorsiones de la competencia y está abierto a todas las aseguradoras autorizadas en Polonia y a nuevos competidores.

Basándose en estos factores, la Comisión aprobó el régimen con arreglo a las normas sobre ayudas estatales de la UE.

La Comisión aprueba un régimen español de 400 millones de euros para apoyar la producción de hidrógeno renovable

La Comisión Europea ha aprobado un régimen de ayudas estatales de 400 millones de euros para España destinado a apoyar la producción de hidrógeno renovable, como parte del mecanismo de “subastas como servicio” del Banco Europeo del Hidrógeno (previsto para 2025). La medida pretende contribuir a los objetivos del Pacto Industrial Verde, el plan REPowerEU y la Estrategia Europea del Hidrógeno.

La ayuda apoya la construcción de hasta 345 MW de capacidad de electrólisis y la producción de hasta 221.000 toneladas de hidrógeno renovable, evitando hasta 1 millón de toneladas de CO₂. Se financia a través de una subasta competitiva, supervisada por la agencia CINEA, abierta a las empresas que proyecten construir nuevas electrolizadoras en España, y se concederá en forma de subvención directa por kg de hidrógeno producido, durante un máximo de 10 años.

Los proyectos deben cumplir los criterios de la UE para los combustibles renovables de origen no biológico (RFNBO), incluido el uso de electricidad adicional procedente de fuentes renovables.

En su evaluación, la Comisión consideró que: (i) la medida es necesaria, adecuada y proporcionada, destinada a incentivar la producción de hidrógeno; (ii) tiene un efecto incentivador, ya que sin esta ayuda los proyectos no serían viables; (iii) los beneficios medioambientales superan cualquier efecto negativo desde el punto de vista de la competencia.

El Banco Europeo del Hidrógeno, financiado por el Fondo de Innovación, pretende ayudar a la UE a alcanzar el objetivo de 20 millones de toneladas de hidrógeno renovable para 2030.

La iniciativa pretende armonizar las ayudas nacionales y europeas y hacer las subastas más eficientes y comparables.

Este plan sigue a otros similares ya aprobados para Alemania, Austria y Lituania.

La Comisión aprueba un régimen de ayudas estatales portugués de 612 millones de euros para apoyar a las empresas de gran consumo energético

La Comisión Europea ha aprobado un régimen

de ayudas estatales portugués de 612 millones de euros destinado a apoyar a las empresas con un alto consumo energético, mediante la reducción de los recargos eléctricos que pagan. El objetivo es evitar que estas empresas trasladen sus operaciones a países fuera de la UE con políticas climáticas menos ambiciosas.

El régimen se dirige a sectores altamente dependientes de la electricidad y expuestos a la competencia internacional, permitiendo reducciones en los recargos de entre el 75% y el 85%, con un mínimo de 0,5€/MWh. Para beneficiarse, las empresas deben adoptar medidas medioambientales, como aplicar recomendaciones de auditorías energéticas, utilizar al menos un 30% de electricidad procedente de fuentes renovables, o invertir al menos el 50% de la ayuda en proyectos de reducción de emisiones.

La Comisión consideró que el régimen es necesario, proporcionado y compatible con las normas de la UE, ya que fomenta la competitividad y apoya los objetivos europeos de descarbonización industrial. El régimen estará vigente hasta abril de 2035.

La Comisión aprueba una ayuda alemana de reestructuración de 321,2 millones de euros a Condor, teniendo en cuenta la sentencia del Tribunal General

La Comisión Europea ha aprobado 321,2 millones de euros en ayudas de reestructuración concedidas por Alemania a la aerolínea Condor, conforme a las normas de ayuda estatal de la UE. Esta decisión tiene en cuenta una sentencia del Tribunal General de mayo de 2024, que anuló una decisión anterior de la Comisión por no haber evaluado adecuadamente el equilibrio financiero y el reparto de cargas.

Condor, una aerolínea chárter alemana centrada en el turismo vacacional, se declaró insolvente en 2019 tras la quiebra de su empresa matriz,

Thomas Cook. El paquete de ayuda incluye una condonación parcial de deuda sobre un préstamo público garantizado por el Estado, condiciones de reembolso reestructuradas y una condonación de intereses.

Tras una nueva evaluación, la Comisión concluyó que Condor está aplicando un sólido plan de reestructuración y que tanto la empresa como su nuevo inversor privado, Attestor, están contribuyendo significativamente, financiando más del 70% del coste total. Los antiguos accionistas perdieron completamente su inversión, lo que garantiza un reparto adecuado de cargas y evita riesgos de incentivo perverso. Además, se han establecido salvaguardias para limitar distorsiones de competencia.

En base a estos elementos, la Comisión concluyó que la ayuda alemana es compatible con las normas de ayuda estatal de la UE.

DECISIONES

Ayudas estatales: el Tribunal de Justicia precisa las circunstancias en las que el Derecho de la UE puede prohibir las exenciones fiscales (Sentencia del Tribunal de Justicia en el asunto C-453/23| Prezydent Miasta Mielca)

Una empresa polaca puso a disposición de un operador ferroviario un ramal ferroviario privado para beneficiarse de una exención del impuesto sobre bienes inmuebles. Aunque cumplía todos los requisitos de la legislación nacional, la exención fue denegada al considerar que podría constituir una ayuda de Estado no notificada según el Derecho de la UE.

El Tribunal Supremo Administrativo de Polonia remitió el asunto al Tribunal de Justicia de la

Unión Europea (TJUE) para determinar si dicha exención supone una ventaja selectiva y distorsiona la competencia.

Según el TJUE:

- La exención no parece conferir una ventaja selectiva, ya que deriva de un régimen fiscal general y abstracto aplicable a diversos tipos de empresas;
- No forma parte de un régimen fiscal discriminatorio ni está relacionada con características específicas de los beneficiarios;
- Persigue objetivos legítimos, como fomentar el transporte ferroviario y la rehabilitación de infraestructuras inutilizadas, además del objetivo presupuestario;
- No obstante, corresponde al tribunal nacional determinar en última instancia si existe ayuda de Estado;
- Si se concluye que hay una ventaja selectiva, debe analizarse si la medida falsea o amenaza falsear la competencia, especialmente en un sector liberalizado como el transporte ferroviario.

os nossos escritórios

Lisboa | Sede

Av. Conde Valbom, n.º 98, 1.º
1050-070 Lisboa, Portugal

Tel./Phone: +351 213 714 940
Fax: +351 213 882 635
E-mail: lisboa@pra.pt

Faro

Av.ª 5 de Outubro, n.º33
8000-077 Faro, Portugal

Tel./Phone: +351 289 100 233
Fax: +351 289 094 400
E-mail: faro@pra.pt

Leiria

Av.ª 22 de Maio - Edf. Praça Nova
n.º 24, 1-K, 2415-396 Leiria, Portugal

Tel./Phone: +351 244 095 615
Fax: +351 213 882 685
E-mail: leiria@pra.pt

Porto

Rua Nossa Senhora de Fátima, n.º 177, piso 7
4050-427 Porto, Portugal

Tel./Phone: +351 223 715 485
Fax: +351 223 723 285
E-mail: porto@pra.pt

Évora

Rua de Viana, n.º11-A
7005-206 Évora, Portugal

Tel./Phone: +351 266 096 600
Fax: +351 266 096 601
E-mail: evora@pra.pt

Funchal

Galerias São Lourenço, 5, 1.º F
9000-061 Funchal, Portugal

Tel./Phone: +351 291 204 300
Fax: +351 291 204 309
E-mail: funchal@pra.pt

Ponta Delgada

Rua Conselheiro Dr. Luís Bettencourt de Medeiros
e Câmara n.º 6, 9500-058, Ponta Delgada, Portugal

Tel./Phone: +351 296 288 352
Fax: +351 296 288 352
E-mail: pontadelgada@pra.pt

Viseu

Rua Direita, n.º 13, 1.º Dto
3500-117, Viseu, Portugal

Tel./Phone: +351 213 714 940
Fax: +351 213 882 635
E-mail: viseu@pra.pt

www.pra.pt



Copyright © 2025 PRA - Raposo, Sá Miranda & Associados, All rights reserved.

Esta informação destina-se exclusivamente aos clientes da PRA - Raposo, Sá Miranda & Associados, e não deve ser interpretada como qualquer forma de publicidade, pelo que se encontra vedada a sua cópia. A informação e opiniões expressas são de carácter geral, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado para a resolução dos casos concretos.

O nosso endereço é:
Av. Conde Valbom, n.º 96-98
1050-070 Lisboa, Portugal
Portugal

Não quer receber mais conteúdos como este?
Contacte-nos em comunicacao@pra.pt